



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8150 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

### UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Verônica Christina Rodrigues Dutra - UERJ - FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Bárbara Silva dos Santos Pereira - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Raquel Amorim de Souza Cavalcante - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

A pandemia em decorrência da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), conhecido popularmente como coronavírus (COVID-19) vem gerando mudanças nas condições de vida das pessoas, aprofundando e destacando ainda mais as desigualdades, agravando a situação de pobreza, acometendo as políticas sociais e resultando em um factício, ou seja, uma falsa impressão de “normalidade” das ações cotidianas na sociedade. Contudo, cabe salientar que a crise vivida pela pandemia não é recente, a mesma é uma consequência histórica do sistema econômico capitalista que tem como atribuição o acúmulo de bens e riquezas cujo objetivo é ter sempre lucro, intensificando uma assimetria social (SANTOS, 2020).

No Brasil, nesse cenário, em que nos deparamos com ausência de comprometimentos dos entes federativos para enfrentar a pandemia, ainda vivenciamos um grave ataque às políticas públicas e sociais. Um dos segmentos mais afetados pela precária regulamentação e parcas diretrizes, para esse momento, foi a educação. Por isso, os sistemas brasileiros de ensino precisaram se adaptar para dar prosseguimento ao ano letivo.

A educação nas circunstâncias do tempo presente teve que se justapor aos desafios do ensino e da aprendizagem. Docentes e discentes se depararam com uma realidade nunca antes vivenciada. Essas alterações no sistema de ensino brasileiro só tem sido possível decorrente do advento tecnológico, melhor dizer, as tecnologias nesse momento estão alinhadas com a inovação e “ajuste” dos atores educacionais (MORGADO; SOUZA; PACHECO, 2020).

Nessa configuração, o que se destaca na hodiernidade, no sistema de ensino brasileiro é uma nova modalidade de ensino: o ensino remoto. O ensino remoto emergencial foi escolhido como um subterfúgio para continuar com o ano letivo (SOUZA; DAINEZ, 2020). Não distante, o sistema educacional de educação do Estado do Rio de Janeiro (RJ) também

vem criando uma série de diretrizes e portarias a fim de dar conta dessa problemática.

Isto posto, o objetivo deste estudo foi analisar medidas políticas tomadas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ), no campo da educação, deliberadas pela SEEDUC/RJ, para a manutenção das atividades escolares, via ensino remoto, considerando a modalidade da Educação Especial na perspectiva inclusiva neste momento da pandemia do coronavírus (COVID-19).

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), adotou providências preventivas (SEEDUC, 2020). A partir destas recomendações e legislações, algumas resoluções foram ordenadas para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) com o propósito de preservar a saúde das comunidades escolares. Por isso, algumas diligências foram direcionadas para o campo da educação havendo uma preocupação em prosseguir com o ano letivo.

Esse estudo é uma pesquisa documental, na qual foram realizadas análises minuciosas das resoluções publicadas pela SEEDUC-RJ com enfoque nas medidas de proteção a saúde e garantia a educação. Por esse caminho, essa pesquisa se baseia em fontes primárias, oportunizando um exame crítico sobre decisões das esferas públicas (GIL, 2002).

O presente estudo analisou os seguintes decretos que tratam das medidas do Estado do Rio de Janeiro para o enfrentamento da Covid-19, tais como: Lei nº. 8794/2020, Lei nº. 8968/2020, Decreto 47.176/2020, Decreto 47.027/2020, Decreto 47.219/2020, Parecer CNE/CP 5/2020, Parecer CNE/CP 9/2020, CNE/CP 11/2020, Resolução SEEDUC nº 5841/2020, Resolução SEEDUC nº. 5840/2020, Resolução SEEDUC nº. 5854/2020 dentre outros. Tais legislações resultaram em ações para dar prosseguimento ao processo de ensino nas instituições escolares. Esses documentos foram essenciais para nortear as mudanças estruturais para a adaptação das aulas em formato remoto durante esse período de pandemia. Dentre essas mudanças, podemos destacar alterações curriculares, mudanças no calendário escolar, ajustes da carga horária, adaptações remotas, resultando em novas formas de interação e comunicação entre professores e alunos.

A carência de suporte legislativo é barreira que se interpõe nas estratégias mais simples, já que os responsáveis não conseguem se planejar, organizar e possuem dificuldades em ensinar os filhos na educação não presencial (MEDEIROS; CARVALHO, 2020). Logo, se antes havia uma reticência do Estado em amparar meios para um ensino na modalidade da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, com essa ausência de suporte à educação, interligada ao ensino não presencial, há uma maior dificuldade em subsidiar o discente, público-alvo da educação especial e inclusiva, com recursos adequados que perpassam o currículo.

A análise documental permitiu uma reflexão em relação a ausência de parâmetros e diretrizes direcionados ao público-alvo da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Por esse panorama, ficaram mais notáveis os problemas que permeavam a sociedade, ou seja, foram evidenciadas as barreiras já existentes. Dessa forma, as legislações, parâmetros e resoluções analisadas possibilitaram uma leitura sobre a carência de estruturas que resultem numa educação na perspectiva inclusiva no tempo de pandemia.

**Palavras-Chave:** Educação Especial. Educação Inclusiva. Pandemia. Covid-19.

## REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, M. C. R; CARVALHO, M. J. C. de. Educação básica em tempos de pandemia. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, 2020. Disponível em: <<http://200.229.32.43/index.php/pedagogiacao/article/view/23759>>. Acesso em: 01 Set. 2020.

MORGADO, J. C; SOUZA, J; PACHECO, J. A. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-10, 2020. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/issue/view/694>>. Acesso em: 01 Set. 2020.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almeida, 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, SEEDUC/RJ. Resolução SEEDUC nº. 5841 de 02 Abril de 2020. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/secretaria/Default.aspx?sec=EDUCA%C3%87%C3%83O>>. Acesso em: 20 Set. 2020.

SOUZA, F. F; DAINEZ, D. Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/issue/view/694>>. Acesso em: 01 Set. 2020.